

Referência na acolhida e atendimento a refugiados

Adriana Cardoso/Assessoria de Comunicação da CASP



A coordenadora do SAOR, Paola Gersztein (à frente, no meio), com parte da equipe

Prestes a completar 57 anos no próximo dia 4 de abril, a *Caritas Arquidiocesana de São Paulo* (CASP), braço social estendido da Arquidiocese de São Paulo, é uma das grandes referências no Brasil quando o assunto é acolhida e atendimento a refugiados que chegam ao País.

Todos os anos, centenas de irmãos refugiados passam pelo Serviço de Acolhida e Orientação para Refugiados (SAOR), cujas raízes remontam ao surgimento da própria CASP.

Há pouco mais de 35 anos, o SAOR ganhou um parceiro de peso: o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

O SERVIÇO É BASEADO NOS SEGUINTES PILARES:

- ✓ **Acolhida:** Registro de todas as pessoas que buscam o serviço da CASP pela primeira vez.
- ✓ **Proteção:** Aqui, os atendidos têm todas as orientações sobre como funciona o processo de refúgio no Brasil e como podem se regularizar.

✓ **Assistência social:** Orientações sobre as redes de abrigo existentes na

cidade de São Paulo e programas sociais; doações de itens de necessidades

básicas; encaminhamentos de consultas médicas; entre outros.

- ✓ **Integração:** Apoio na busca de empregos; cursos de português e profissionalizantes; apoio na elaboração de currículos; retirada de CPF e carteira profissional.
- ✓ **Saúde mental:** Apoio psicológico de profissionais da CASP e encaminhamentos para tratamento na rede de parceiros, em caso de necessidade.

Graças ao apoio de parceiros e doadores, a CASP consegue promover a caridade organizada, contribuindo para que aqueles que chegam fugidos de guerras, de perseguições políticas e étnicas, além de outras violações de direitos humanos, possam ter o mínimo de dignidade.

Contudo, os desafios são imensos e, por isso, animamos aqueles que puderem ajudar, que conheçam o nosso trabalho e apoiem os nossos projetos (mais informações em nosso site: www.caritassp.org.br).

Nas próximas páginas, você vai conhecer um pouco mais sobre esses serviços.

Boa leitura!

COLABORE COM OS NOSSOS PROJETOS

✓ Roupas para bebês

✓ Fraldas para bebês

✓ Fórmula infantil Nan

✓ Cestas básicas

✓ Kits de higiene (xampu, sabonete,

escova e pasta de dentes,

creme de barbear)

✓ Absorventes

PARA DOAÇÕES EM DINHEIRO,
APONTE O CELULAR



Contato para doações: Sandra Dias

☎ 11 97628-5362

✉ sandradias@caritassp.org.br



‘Sempre vi a Caritas como um lugar de coragem’

A advogada Paola Gersztein, doutoranda em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC (UFABC), especialista em Direito Público pelo Instituto de Educação Continuada da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, assumiu a coordenação do SAOR em setembro de 2024.

Com experiência em outros organismos da Igreja Católica, ela diz que sempre viu a Caritas Arquidiocesana de São Paulo como uma referência no tema refúgio. “Quando fiz o primeiro curso sobre refúgio – eu era professora de Direito Internacional e me apaixonei por esse tema –, ele foi ministrado por uma ex-advogada da CASP, a Liliana Jubilit, que ficou 10 anos aqui e é uma referência acadêmica no tema. No mesmo curso, também conheci a Larissa Leite, uma excelente advogada que também trabalhou na Caritas Arquidiocesana”, conta. “Quando comecei a me capacitar no tema refúgio, as pessoas que foram referência para mim eram as que trabalhavam ou tinham trabalhado na Caritas”, completa.

De modo geral, Paola aponta a Igreja Católica como um organismo com um papel fundamental no atendimento a refugiados no mundo. Por isso, ela sempre viu as Caritas como uma instituição muito sólida a esse respeito.



REFERÊNCIA

Paola destaca a CASP “como uma escola para as pessoas da área no Brasil”, citando a figura de Dom Paulo Evaristo Arns, o presidente mais longo da Arquidiocese de São Paulo (1970-1998), tendo papel fundamental para o acolhimento às vítimas da ditadura do Cone Sul.

“Por saber do histórico do Dom Paulo e da Comissão Justiça e Paz, e de todo o trabalho que foi feito pela Rede Clamor na época das ditaduras do Cone Sul, eu tinha todas essas referências. Sempre vi a Caritas como esse lugar históri-

co, um lugar de coragem. No conteúdo, sempre foi um lugar onde as pessoas aprendiam muito”, diz.

“Não cheguei aqui no início da minha carreira. Passei por outras instituições católicas, mas sempre vi aqui como um lugar de aprendizado e que tem um papel central na área de refúgio”, completa, citando ainda a importância de outra figura da Igreja no ativismo em prol dos refugiados: a advogada Irmã Rosita Milesi, de 79 anos, reconhecida pelas Nações Unidas por seu trabalho em defesa dos refugiados com o Prêmio Nansen do ACNUR 2024. Dom Paulo Evaristo Arns também foi condecorado com a premiação em 1985.

DESAFIOS

Uma reportagem de setembro de 2023 do jornal O SÃO PAULO mostra a importância do papel dos organismos da Igreja Católica no atendimento a refugiados, sem os quais o Estado brasileiro não conseguiria provê-los.

Embora Paola reforce que o Brasil tem boas leis, como a Lei de Refúgio (Lei nº 9.474 de 22 de julho de 1997), a qual ela classifica como de “vanguarda”, o país, em sua avaliação, ainda carece de uma política migratória.

“Houve muita luta de organismos e ativistas, como a própria Irmã Rosita, que chegou a mobilizar a Santa Sé para apoiar essa definição legal. Mas o Estado brasileiro peca pela falta de uma política migratória”, diz a coordenadora do SAOR.

Isso porque, segundo ela, a sociedade brasileira é violentamente desigual e “é claro que isso se reflete também para as pessoas que chegam aqui em situação de extrema vulnerabilidade, sem ter rede de contato, sem ter rede de apoio”.

Os problemas estruturais no Brasil tornam um desafio o acolhimento a pessoas em situação de refúgio, segundo ela.

“A gente tem no imaginário que o Brasil é um país acolhedor, mas o que significa ser um país acolhedor? Significa que temos boas leis ou que nós, de fato, integramos essas pessoas? Se não temos políticas públicas, em nível federal, estadual e municipal, não temos como integrar essas pessoas de forma digna”, frisa.

Recepção: a porta de entrada

Um venezuelano acaba de ser recepcionado pela geógrafa Poliana Fonseca, que é quem dá as boas-vindas àqueles que buscam o SAOR pela primeira vez. Ao ir embora, ele para e diz em um português carregado de sotaque: “Muito obrigado – vocês são muito amáveis! Que Deus abençoe vocês!”.

Doutoranda do programa de pós-graduação em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP), Poliana trabalha há poucos meses na CASP, fazendo o pré-atendimento dos requerentes de refúgio, tentando compreender suas demandas e fazendo os encaminhamentos.

“Se uma pessoa já esteve na Caritas, provavelmente ela tem um cadastro. Então, posso encaminhá-la diretamente para os setores. Mas, de modo geral, ela vem até mim para fazer o agendamento”, detalha.

As pessoas ficam sabendo do SAOR por intermédio de amigos, familiares e outras instituições e coletivos.

O atendimento acontece às segundas, terças, quintas e sextas-feiras, das 8h30 às 17h30. A maioria dos atendidos vem da Venezuela, país que enfrenta grave crise econômica.



“Explico para a pessoa como será o primeiro dia dela aqui na Caritas, que ela vai passar pelo setor de Acolhida para fazer o registro, apresento o SAOR e tudo o que ela pode encontrar aqui”, conta. “Muitos que chegam nem sabem direito o que a gente faz”, completa.

IMPOTÊNCIA

A primeira experiência de Poliana

no trabalho com refugiados foi como voluntária da Missão Paz, entidade parceira da CASP.

Ela classifica o trabalho no SAOR como “muito desafiador”.

“Chegam pessoas com muitas demandas, mas há outras que vêm em situação de extrema vulnerabilidade. Então, esses são os casos mais desafiadores”, diz.

O principal problema, segundo ela,

é ficar de mãos atadas, pois há um limite naquilo que é ofertado.

Das histórias que a marcaram, Poliana cita uma que ocorreu logo em seus primeiros dias na CASP. “Ainda estava aprendendo sobre o trabalho e veio uma pessoa do Paquistão. Nós a atendemos, ela passou pelos setores e, em um determinado momento, em uma das vindas para cá, falou que não conseguiria mais ficar em São Paulo, dizendo que a cidade é muito cara, tudo é muito distante, e que era muito difícil para se alimentar e conseguir moradia. Então, a pessoa disse que precisava sair, mas não sabia para onde”, recorda. “Foi aí que eu vi o quanto esta cidade é dura e o quanto é difícil para as pessoas se integrarem”, conta.

Outra história foi de uma família afegã, que pleiteou o visto de reunião familiar, que foi dificultado por uma mudança na legislação brasileira para refugiados afegãos.

“Ele e a mulher choraram na minha frente, porque, pelo que entendi, a irmã dele estava sendo forçada a se casar com um membro do Talibã [grupo extremista que voltou ao poder no Afeganistão], e não havia nada que pudéssemos fazer”, lamenta.

Acolhida: mais que um número

Em 2024, o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), órgão ligado ao Ministério da Justiça no qual a CASP tem assento com direito a voto, admitiu 13.444 reconhecimentos de refúgio. A Venezuela foi a principal nacionalidade entre refugiados reconhecidos (12.726), seguida por Afeganistão (283) e Colômbia (121).

Para efeito de comparação, em 2023 foram reconhecidas 77.103 pessoas como refugiadas no Brasil. Desse total, 51,7% eram homens e 47,6%, mulheres.

No conjunto, 44,3% dos reconhecidos em 2023 eram crianças, adolescentes e jovens de até 18 anos de idade.

Boa parte desses refugiados passa pela CASP-SAOR quando chega a São Paulo.

Depois da recepção, a Acolhida é o primeiro setor onde os atendidos passam, pois é nele que iniciam o caminho da regularização.

“Fazemos o registro inicial da pessoa, tanto na base da Caritas quanto na do ACNUR, sendo que esta última é uma base internacional, compartilhada no Brasil com organizações parceiras. E a Caritas têm acesso próprio, um banco de dados próprio. Às vezes, a pessoa chega até nós e não tem registro na Caritas, mas tem registro no ACNUR, pois ela entrou no Brasil por Roraima, por exemplo, e alguma entidade de lá fez esse registro. Assim, não preciso fazer novamente, somente atualizar, se for o caso”, explica Fernanda Silva de Moraes, responsável pela Acolhida.

Além de um documento, o registro possui outras informações básicas, como país, idade, escolaridade, e se a pessoa veio com a família ou não. Registro feito, ela é encaminhada para os demais setores do SAOR, a depender da demanda.

Fernanda começou na CASP como voluntária. Antes disso, tinha atuado no voluntariado da Missão Paz.

Ela conta que a experiência na CASP-SAOR a fez enxergar a situação do refugiado de outro modo. “No dia a dia, vemos a real dificuldade pela qual as pessoas passam. Ser refugiado em si já é muito complicado, porque a pessoa já está em uma situação de vulnerabilidade social. Mas a barreira do idioma dificulta tudo, pois um simples atendimento pode ser muito trabalhoso”, observa.

Além disso, ela conta que a falta do pouco pode dificultar tudo. “Muitas vezes, R\$ 10 fazem diferença para uma pessoa ir a uma entrevista de emprego, e ela não tem. Na prática, aprendi que há muitas nuances quando você vai atender uma pessoa”, diz.



Adriana Cardoso/Assessoria de Comunicação da CASP

Proteção: o caminho para a regularização

A Proteção é o caminho pelo qual a maioria dos refugiados passa para que possa se regularizar no Brasil com o visto de refúgio, é o primeiro passo para que o solicitante dê início à sua vida no País.

A advogada Lígia Molina explica que o setor “além de atuar na incidência política, oferece uma gama de serviços relacionados à regularização migratória”.

“Isso inclui orientações sobre todo o processo de solicitação de refúgio, assistência com os procedimentos para visto de reunião familiar, obtenção do passaporte amarelo, e orientações relacionadas a viagens, entre outros. Também é realizada orientação jurídica sobre diversos temas, principalmente trabalhista, direito do consumidor e direito de família”, diz.

O setor também acompanha os casos de alta vulnerabilidade, com atenção especial a situações de violência contra as mulheres. “Nesses casos, o atendimento é conduzido de forma multidisciplinar, integrando suporte jurídico e social”, afirma.

Como uma das integrantes mais longevas da equipe, Lígia começou como voluntária e pôde acompanhar muitas mudanças no serviço.

“Do ponto de vista profissional, percebo que a minha atuação em diversas instâncias ao longo da trajetória na Caritas tem sido fundamental para o meu desenvolvimento e para a contribuição que ofereço na área de migrações. O conhecimento amplo sobre questões migratórias me permitiu entender as complexidades e os desafios enfrentados por migrantes, além de me capacitar a oferecer soluções mais eficazes e humanizadas”, conta.

Ao longo dessa trajetória, ela também pôde acompanhar a ampliação do papel da CASP em organismos das esferas federal, estadual e municipal, nos quais a entidade tem atuado como um agente ativo na promoção de mudanças em benefício da população refugiada.

“O entendimento sobre a situação de diferentes países e das realidades dos migrantes que atendo me possibilitou desenvolver uma visão mais empática e contextualizada. Compreender os fatores que impulsionam a migração e as condições enfrentadas por essas pessoas

é essencial para oferecer um suporte adequado e efetivo”, conclui.

ASSISTÊNCIA AMEAÇADA APÓS DECISÃO DO GOVERNO DOS EUA

Quando tomou posse em 20 de janeiro deste ano, Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, cortou o financiamento de muitos organismos internacionais, afetando o atendimento a programas de saúde e a pessoas em situação de refúgio.

Os Estados Unidos são um dos principais financiadores desses programas e, portanto, o corte está colocando em risco trabalhos como os promovidos pelo SAOR. Parte deste serviço é bancada pelo ACNUR, que repassa a seus parceiros parte dos recursos recebidos.

Uma das principais entidades atingidas pela decisão de Trump foi a Caritas Brasileira, que teve de fechar seu posto humanizado em Roraima, no qual prestava atendimento a venezuelanos que atravessavam a fronteira.

Com o corte, o ACNUR suspendeu provisoriamente as assistências em dinheiro, conhecidas como CBI (na sigla em inglês), que apoiavam refugiados e solicitantes de refúgio mais vulneráveis.

“Esses recursos eram muito importantes para que eles pudessem começar a vida no Brasil, pois lhes supria as necessidades mais básicas”, conta Ariele Tauane Moreno assistente social da CASP.

“Era um benefício temporário, dado em três parcelas, e o valor variava a depender do número de pessoas na família”, diz.

Além disso, também foi suspenso outro tipo de auxílio, o CBI Others, que ajudava o refugiado a comprar, por exemplo, um par de óculos.

Como a CASP também é uma organização da sociedade civil que depende de doações, ela tem buscado suprir os itens de necessidades mais básicas. Mas há dificuldades.

Diante desse quadro, Ariele diz que se sente impotente. “É muito difícil você enxergar a realidade do outro e não conseguir ajudar de forma integral. Quando digo integral, falo do começo ao fim. Às vezes, as pessoas vêm aqui e nós oferecemos uma cesta básica e isso não é o suficiente”, lamenta.

No dia da entrevista, Ariele havia atendido uma moça vítima de violência doméstica. “O que eu pude fazer foi orientá-la na busca de abrigos voltados para mulheres vítimas de violência. Só que isso é o suficiente? Não. Imagine se daqui a algum tempo acontece uma tragédia – espero que não, Deus me livre! –, mas isso é algo que me deixa muito angustiada como profissional”, queixa-se.

A assistente social também atribui parte do problema à burocracia do Estado brasileiro, que não permite a essas pessoas acessar parte das políticas públicas disponíveis. “Eu sou assistente social, eu vou fazer um agendamento em algum departamento público, eu tenho dificuldade, imagine um refugiado”, compara.

Além de recursos, o setor de Assistência também doa cestas básicas, roupas e outros itens de necessidades básicas.



CASP/Arquivo

Equipe da CASP-SAOR em mutirão para atendimentos de migrantes e população em situação de rua, realizado na capital paulista, no ano de 2023

Integração: apoio à formação e ao mercado de trabalho

A formação e a inserção do refugiado no mercado de trabalho são partes importantes do processo de sua integração na sociedade brasileira.

Nesse sentido, o setor de Integração mantém parcerias longevas com algumas instituições, como Sesc, Senac e Senai para a formação profissional e cursos de português. Há ainda parcerias pontuais, como com as Irmãs de São José de Chambéry, que apoiou a formação de refugiadas.

“A Integração atua em conjunto com os demais setores – não é trabalho isolado. Há cursos de português, profissionalizantes. Também apoiamos a validação de diplomas e retirada de CPF, bilhete único e a carteirinha do Sesc, que permite que eles tenham acesso limitado à infraestrutura do Sesc”, explica Valéria Dermínio, assistente de Coordenação de Integração.

“Além dos cursos, a Caritas também faz a ponte entre a pessoa e outras organizações sobre as quais ela não tenha conhecimento”, diz.

A entidade também incentiva aqueles que escolhem o caminho do microempreendedorismo, auxiliando com as informações necessárias para quem quiser poder montar seu próprio negócio.

De acordo com Valéria, mais da metade dos que procuram cursos é formada por mulheres.

“No ano passado, 55% dos refugiados que nos procuraram eram do



Gustavo Porto em meio a refugiadas do curso de Costura do Senai Têxtil

sexo feminino, com idades entre 18 e 45 anos, ou seja, estão dentro da população economicamente ativa. As mulheres se capacitam mais”, acentua.

Em 2024, 190 pessoas foram encaminhadas para cursos de português e 155 para os profissionalizantes.

O setor também auxilia o ingresso de crianças refugiadas em escolas públicas, com orientação sobre documentação, por exemplo.

PARR

No âmbito da integração está o Programa de Apoio para Recolocação dos Refugiados (PARR), o qual,

como o nome diz, auxilia o refugiado a ingressar no mercado de trabalho.

Gustavo Porto, agente de Ação Social da CASP-SAOR, explica que a equipe disponibiliza os dados da pessoa refugiada em uma plataforma que existe desde 2012.

“Temos um banco com mais de 4 mil registros. Quando a empresa nos procura, verificamos os perfis que temos, atuando como facilitadores”, diz.

“Quando a pessoa tem interesse em procurar emprego, o CPF é uma das necessidades para que ela possa tirar a carteira de trabalho. Depois disso, preenchemos um formulário

com informações básicas, como experiência profissional, grau de escolaridade, quantos idiomas fala, conhecimentos de informática e se há disponibilidade para trabalhar em outros regiões”, elenca.

Segundo ele, muitas empresas procuram a CASP-SAOR para a contratação de refugiados por quererem um ambiente mais diverso, especialmente aquelas que adotam o conjunto de práticas denominado ESG (ambiental, social e governança), um indicador que certifica o compromisso de uma empresa com práticas sustentáveis.

Saúde mental: pilar para quem está fragilizado

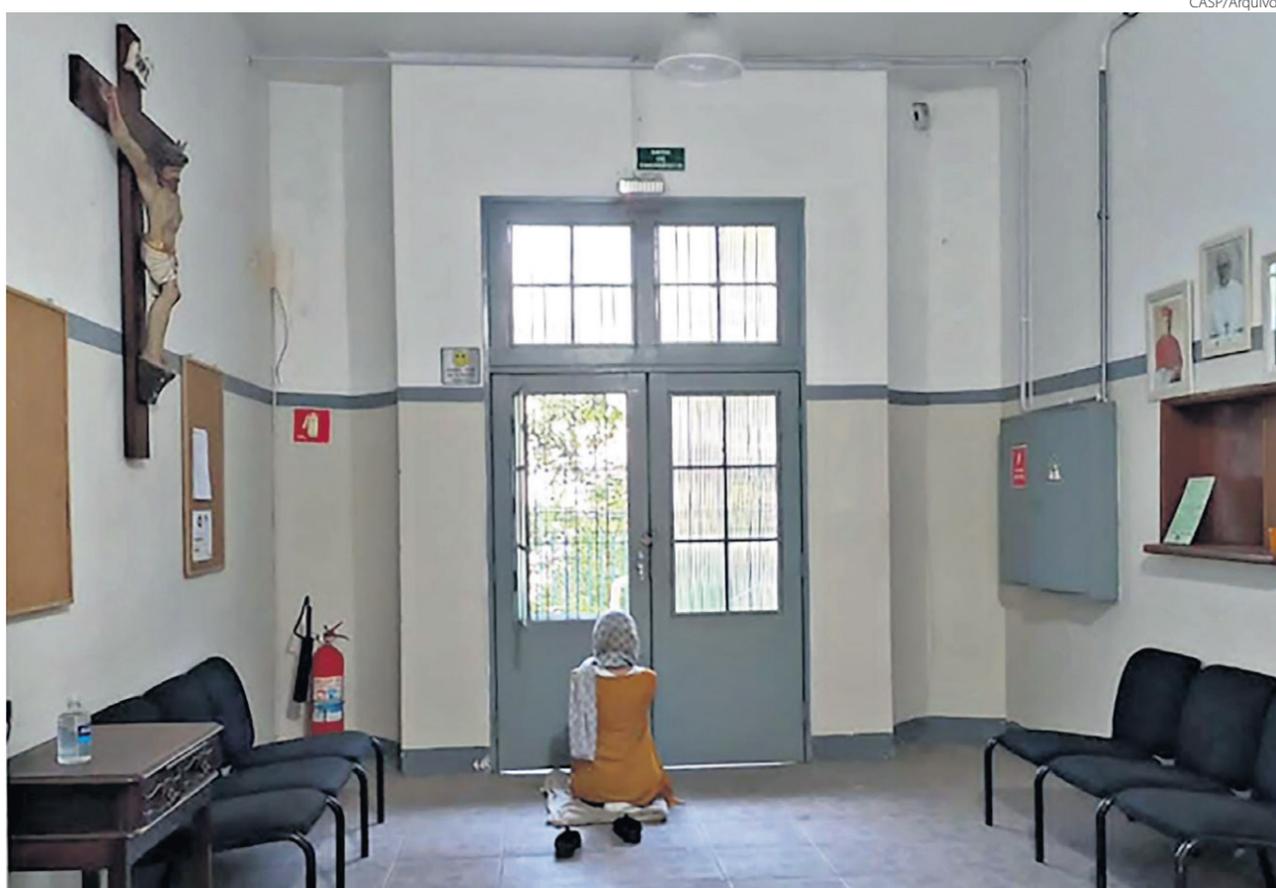
Um refugiado é uma pessoa forçada a deixar sua terra natal para fugir de situações de riscos à vida, à integridade e grave violação de direitos humanos em decorrência de guerras, crises e perseguições políticas, étnicas, raciais ou provocadas por uma crise ambiental. Trata-se, portanto, de um processo muito violento, no qual a pessoa se vê obrigada a deixar tudo para trás, muitas vezes saindo com poucos pertences.

Muitas das pessoas que procuram o serviço de refugiados da CASP, incluindo crianças, chegam extremamente fragilizadas e vulneráveis, e encontram no setor de Saúde Mental um porto seguro no qual podem ser ouvidas, acolhidas e orientadas, sem julgamentos.

“Meu trabalho é de escuta, acolhimento, orientação e de psicoterapia também, mas as pessoas chegam aqui em diferentes contextos e também em condições diversas. Muitas vezes, as pessoas recém-chegadas vêm aqui muito desorientadas. Então, em um primeiro momento, o trabalho é muito no sentido de escutar e orientar”, explica Gabriel Della Negra, psicólogo da CASP-SAOR.

O atendimento é prestado por ele e por uma equipe de psicólogos voluntários. A depender do caso, as sessões ocorrem em uma periodicidade específica. “Algumas pessoas são atendidas aqui por mais de quatro, cinco meses, porque entendemos que são pessoas que têm demandas que conseguimos ajudar daqui”, diz.

Casos mais sensíveis, que necessitam de acompanhamento psiquiátrico, são encaminhados a



instituições parceiras e, também, para a rede pública.

Gabriel frisa que muitas dessas pessoas nunca tiveram, em sua terra de origem, contato com um psicólogo nem sequer sabem como funciona.

Por isso, o serviço foca a importância de o refugiado compreender que buscar apoio à saúde mental é es-

sencial para que ele possa se organizar e levar uma vida mais próxima da normalidade no Brasil.

“Muitas vezes, o próprio preconceito a respeito dos serviços de psicoterapia prejudica o acesso dessas pessoas a esse serviço. É isso que buscamos desmistificar também”, aponta Gabriel.